



FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE PODER E A TRAJETÓRIA POLÍTICA DA ELITE FARROUPILHA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX¹

Alessandro de Almeida Pereira²

Michele de Oliveira Casali³

RESUMO: O poder é a chave para nossa análise sobre a construção dos Estados-nação no espaço platino, poder que não é adquirido nem possuído, mas exercido, o que leva-nos a primeira questão: o poder é exercido por quem? Consideramos as cidades como atores coletivos, mas essa descrição é insuficiente para o historiador do político, pois é por intermédio dos indivíduos que toda a estrutura institucional adquire sentido e agrega múltiplas significações. Dessa forma, o objetivo deste trabalho consiste em relacionar as trajetórias políticas dos atores sociais que participaram da Revolução Farroupilha com a formação dos territórios políticos e a institucionalização da República Rio-Grandense. Assim, fundamentamos nossa pesquisa no âmbito da História Política e da História Regional, analisando as trajetórias dos atores sociais que compuseram as primeiras legislativas da Câmara Municipal de Alegrete, sendo possível perceber que a institucionalização da República Rio-Grandense constituiu-se em um “laboratório” de experiências na política local e Provincial e a historicidade desses indivíduos possui relações com o processo de formação dos Estados nacionais na América. Esse trabalho refere-se a pesquisa de Mestrado desenvolvida na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e integrado com atividades de pesquisa de iniciação científica com bolsa PIBIC/UFSM/CNPq.

Este trabalho pretende relacionar as trajetórias políticas dos atores sociais, que participaram da Revolução Farroupilha, com a formação dos territórios políticos e a institucionalização da República Rio-Grandense. Dessa maneira, fundamentamos nossa pesquisa no âmbito da História Política e, de forma mais circunscrita, analisamos as trajetórias de atores sociais que compuseram as primeiras legislativas da Câmara Municipal da Vila de Alegrete, o qual podemos perceber que a institucionalização da República Rio-Grandense constituiu-se em um “laboratório” de experiências na política local e Provincial.

¹ Trabalho orientado pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin (UFSM).

² Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista CAPES-DS. Santa Maria – RS - Brasil. alessandro.hist@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Maria. Graduanda em História. PIBIC/UFSM/CNPq. michelelucasali@gmail.com



Assim, quando tentamos visualizar as trajetórias desses indivíduos nos deparamos com práticas políticas dessa sociedade que ultrapassava os contornos e limites institucionais. Para exemplificar essa afirmação, nesse trabalho apresentamos um estudo que explora as trajetórias de três atores sociais que fizeram parte da Câmara de vereadores da Vila de Alegrete: Joaquim dos Santos Prado Lima, Luiz Ignácio Jacques e Francisco de Sá Brito Jr com o objetivo de identificar como um projeto de construção de um Estado-nação - vencedor entre outras alternativas - foi aplicado na prática, o que envolve e evidencia práticas sociais que podem ser visualizadas pelas rede de relações sociais, que foram fundamentais para a institucionalização da República Rio-Grandense. Através da análise destes vereadores, foi possível perceber que estes indivíduos não exerciam apenas uma função administrativa e burocrática nesse espaço, como por muito tempo esteve consolidada na historiografia por caracterizar essa instituição através da análise exclusiva das Leis destacando apenas o caráter administrativo, quando as práticas sociais evidenciam outros aspectos políticos e forma de atuação.

Comparando com o processo de construção de entidades soberanas que acabaram resultando na formação da atual Argentina, assim como na formação do Estado Oriental, percebemos na República Rio-Grandense muitas questões que aproximam e evidenciam a tentativa de organização de um “Estado Rio-Grandense”. Os estudos de Chiaramonte (2009) bem como de Portillo Valdés (2006) demonstram a existência de cidades que elaboraram projetos de construção de Repúblicas, onde não possuíam o objetivo de estar subordinadas a qualquer outra cidade. Portanto, uma entidade soberana ou uma república poderia existir enquanto projeto e quanto a exaustiva tentativa de sustentação prática apenas em um município.

A República Rio-Grandense não foi formada apenas por uma cidade, pois dos quatorze municípios que constituíam a Província do Rio Grande de São Pedro, nove haviam proclamado a Independência política do Império brasileiro e através da Câmara Municipal haviam atribuído a soberania ao Presidente da República Rio-Grandense, até que esse organizasse as eleições para a Assembleia Legislativa e Constituinte⁴.

⁴ Obtemos essa informação a partir da revisão bibliográfica e da análise de editais presentes nos Livros das Atas das Câmaras Municipais da Província – disponíveis no Arquivo histórico do Rio Grande do Sul - podemos montar o seguinte marco temporal: Jaguarão - adesão em 20 setembro de 1836 / Piratini - adesão em 5 de novembro de 1836 / Cruz Alta - 1 agosto de 1837 / Alegrete - adesão em 1837 / Cachoeira - adesão de 1838 até



A institucionalização da República Rio-Grandense não foi uma simples reprodução manual e automática da estrutura do Império brasileiro. Os farroupilhas adaptaram as leis e Instituições de acordo com o sistema republicano, mas também criaram Instituições para a organização do Estado da República Rio-Grandense. O Governo da República Rio-Grandense governava através de Decretos-Lei que eram assinados pelo Presidente, nos periódicos farroupilhas essa organização era entendida e justificada pelo contexto de transição da mudança da organização política que se estenderia até a reunião da Assembleia Legislativa e Constituinte da República para elaboração da Constituição. Assim através dos decretos foram criadas as seguintes instituições: Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios - Decreto de 18 de agosto de 1838; em 14 de Agosto de 1838 foi criado as Coletorias Municipais, com a finalidade de efetuar pagamentos, realizar cobranças e fiscalizar as rendas do Estado; reorganização da estrutura eclesiástica: nomeação de um Vigário Apostólico, em 1838, que ficava responsável pelas paróquias e capelas curadas da República Rio-Grandense rompendo com o Bispado do Rio de Janeiro.

A nossa escolha pelo município de Alegrete foi determinada pelo objetivo de estabelecer um exercício de microanálise, pela qual os resultados obtidos possibilitam constituir hipóteses sobre a institucionalização da República Rio-Grandense, assim como para a compreensão da relação entre as instituições locais e a construção do Estado-nação Imperial brasileiro. Alegrete é elevada à condição de Vila a partir de um Decreto Regencial de 1831, sua efetivação foi três anos depois. Nesse período já havia uma migração acentuada, que segundo Farinatti (2010) era motivada pela conjuntura que entre diversos fatores encontrava-se certa facilidade para o acesso a terra.

Nessa apropriação e construção territorial através da criação de instituições pelo Estado Imperial brasileiro resultou em um surgimento de uma nova elite em nível local. Nas primeiras sessões da Câmara Municipal da Vila de Alegrete já atuavam Joaquim dos Santos Prado Lima e Luís Ignácio Jacques, assim como Damasceno Góis, nomes que permaneceram durante o processo de institucionalização da República Rio-Grandense.

1840. Municípios que não aderiram à República Rio-Grandense: Porto Alegre / São José do Norte / Rio Grande. Em 1838 reuniram-se os Procuradores Gerais dos Municípios foi a instituição base para a organização das eleições para Deputados da República Rio-Grandense.



O último poucas informações obtemos, mas sobre Prado Lima e Ignácio Jacques sabemos que nasceram em Rio Pardo. Luiz Ignácio Jacques era comerciante e filho de um médico francês que chegou na América no final do século XIX, estabelecido em Rio Pardo migrou para Alegrete em data desconhecida e ali criou uma casa comercial que sobreviveu por décadas. Casou-se com Maria Felisberta da Conceição no ano de 1830⁵.

Na Câmara da Vila de Alegrete entre 1834 e 1845 houve quatro eleições, na qual tomaram posse 17 indivíduos entre os cidadãos eleitos na localidade. Destes poucos que aparecem na historiografia, a ocorrência maior é daqueles que tiveram uma circulação em cargos provinciais de maior relevância, nesse caso, apontamos o bacharel Francisco de Sá Brito Júnior.

O Dr. Sá Brito, como passou a assinar durante a década de 1830 era da mesma geração dos vereadores citados anteriormente, nasceu em 1809 em Porto Alegre. Diferentemente de Prado Lima e Ignácio Jacques que apenas sabemos que eram letrados, mas que não encontramos registros sobre a possibilidade de formação superior. Sobre Francisco Sá Brito sabemos que possui uma trajetória política que foi impulsionada por suas relações com a elite de Alegrete (Araujo Filho, 1985), mas sobretudo levantamos como hipótese que essas relações foram constituídas através dos diversos meios de sociabilidade por onde transitou.

Seus estudos iniciais foram realizados com o Padre João de Santa Bárbara, um sacerdote natural da Vila de Cachoeira, que havia sido Deputado Geral eleito para representar a província de São Pedro nas Cortes de Lisboa e que ensina Humanidades em Porto Alegre e quando o Governo da República Rio-Grandense reuniu em 1839 o conselho de Procuradores Gerais dos Municípios, foi eleito pela Câmara da Vila de Cachoeira⁶.

Em 1827, Sá Brito ingressava na Direito na Faculdade de Coimbra, um investimento familiar que dependia de grande esforço financeiro. Seus estudos foram interrompidos, segundo Spalding (1963) devido a conjuntura política de Portugal. Sá Brito, segue seu

⁵ Joaquim dos Santos Prado Lima era filho de um cirurgião Joaquim José do Prado Lima e assim como Ignácio Jacques nasceu em Rio Pardo. Prado Lima havia nascido em novembro de 1802 e migrou para Alegrete onde contraiu matrimônio com Dona Joanna Maria Barros, filha de Francisco Magalhães Barros, que também em 1837 participou como vereador do processo de institucionalização da República Rio-Grandense.

⁶ No entanto, alegou problemas de saúde e participou da institucionalização da república apenas através da atuação eclesiástica realizando cerimônias como óbitos e batismos na região central da província. Ata da Câmara Municipal da Vila de Cachoeira (Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul).



objetivo em São Paulo, ali na Faculdade de Direito obtém seu diploma de Bacharel e retorna para Porto Alegre.

Por construir uma trajetória de trânsito por diversos locais de sociabilidade em certa data, Sá Brito conheceu Bento Manoel Ribeiro e estabeleceu amizade com a elite da Vila de Alegrete. Para essa vila se direcionou e casou-se com Joaquina Cambraia. Os laços matrimoniais e as relações de amizades obtidas o favoreceram nos acontecimentos seguintes de sua vida, um dos primeiros conflitos que colocavam em xeque seus interesses foi quando entrou em conflito para exercer o cargo de Juiz Municipal na Comarca de Missões.⁷

Todo esse conflito desenrolava-se na campanha, enquanto que em Porto Alegre reunia-se a Assembleia Provincial, criada através do Ato Adicional 1834. Sá Brito Júnior é eleito Deputado e transita entre Porto Alegre e Alegrete. As primeiras sessões já são tomadas por conflitos e acusações, a que gerou maior destaque foi a realizada à Bento Gonçalves de que estava planejando uma revolta com o intuito de estabelecer a república na Província, separando-a do Império brasileiro.

No processo de institucionalização da República Rio-Grandense foi recorrente a troca de correspondências entre os vereadores da Câmara Municipal da Vila de Alegrete e Bento Manoel Ribeiro, assim como para outras autoridades militares (ou milicianos) do grande Alegrete⁸. Os vereadores da Câmara Municipal da Vila escreviam para Bento Manoel Ribeiro, por dois motivos: o primeiro por ser ele o Comandante da Fronteira naquela região e segundo por ser um indivíduo com um amplo poder de mobilização de homens para o combate. A Câmara enviava uma carta preocupada com os acontecimentos em Porto Alegre e buscava saber notícias e o rumo que seria mais aconselhado seguir, pois não parecia ser coerente aderir um movimento que tinha como foco uma cidade a mais de 400 km dali e entrar em conflito contra uma figura de alta influência na região, como Bento Manoel Ribeiro.

⁷ Pelo Código de Processo Criminal de 1832 a Câmara Municipal poderia indicar um cidadão habilitado para o exercício do cargo, caso não houvesse outra pessoa habilitada para o serviço. Foi o que aconteceu, Sá Brito assumia a função de Juiz Municipal interino até que fosse nomeado pela Corte um Juiz Municipal efetivo. Alguns anos depois chegava em Alegrete Agostinho Loureiro com “uns papeis” assinados pelo Governo Central, que o habilitava para tomar posse efetivamente do cargo. Os vereadores da Câmara apoiaram Sá Brito Jr. Para mais informações consultar correspondências da Câmara Municipal de Alegrete (AHRS) e os trabalhos de Araújo Filho (1985) e Paniagua (2012).

⁸ Essa é uma denominação da Vila de Alegrete e seus distritos, que atualmente são municípios do Rio Grande do Sul.



Iniciava-se o ano de 1836, ano turbulento em todos os municípios da Província e após algumas trocas de correspondências entre a Câmara Municipal e o Comandante Interino das Armas, os vereadores escolhiam uma posição e publicavam editais em apoio ao Império brasileiro: “Habitantes do termo! Correi às armas, uni-vos ao vosso Comandante das Armas Interino, Coronel Bento Manoel Ribeiro, que, com prudência, saberá guiar-vos e sem expor uma só vida vencerá e pacificará tudo!” (Sessão da Câmara de Alegrete, 1835). Essa postura durou até meados do ano seguinte, por aparente coincidência é justamente o momento que Bento Manoel Ribeiro adere à República Rio-Grandense.

Se por um lado Bento Manoel Ribeiro tinha um forte aliado no Estado Oriental (D. Fructos Rivera) que possibilitava diversas trocas de favores e inclusive em situações extremas, como a possibilidade de refúgio além dos limites do Estado, do lado da Província, Bento Manoel estreitava suas relações com indivíduos de diversos âmbitos sociais, desde aqueles que exerciam cargos institucionais em nível local até o Presidente da Província nomeado em 1835, Araújo Ribeiro.

A fronteira vista nessa perspectiva apresenta-se como uma fonte de poder. Ela possibilita relações sociais com grupos diversificados, crucial para a tentativa de construção de um Estado mergulhado em uma conjuntura bélica. O processo de construção da República Rio-Grandense, nesse aspecto, aproxima-se do processo de desfragmentação ocorrido na América de colonização hispânica. Acreditamos que não podemos analisar a atuação dos indivíduos que ficaram responsáveis pela burocratização da república apenas como reféns da posição de figuras como Bento Manoel Ribeiro. Analisar a institucionalização nesse aspecto resulta em pensar que existem grupos de indivíduos responsáveis pela trajetória de outras pessoas, em outras palavras, podemos pensar que os vereadores no século XIX eram “marionetes” de indivíduos que exerciam um poder de mando.

Esses indivíduos possuíram uma função crucial nessa tentativa de construção do “Estado Rio-Grandense”⁹, a República proclamada no campo de batalha não representou o fim da guerra e a separação definitiva evidenciou a necessidade de uma institucionalização desse Estado, que visava a organização dos Poderes e o reconhecimento externo.

⁹ Encontramos nas correspondências e periódicos farroupilhas “República Rio-Grandense” como sinônimo de “Estado Rio-Grandense” e utilizamos esses termos para fins instrumentais da escrita.



A ideia de acionamento das redes sociais é analisada aqui quando verificamos como funcionava na prática a institucionalização da República Rio-Grandense. Há uma série de correspondências institucionais que evidenciam a exaustiva tentativa dessa institucionalização. As correspondências institucionais dizem respeito a uma produção coletiva dos vereadores da Câmara da Vila de Alegrete, por essas correspondências é possível constatar que os poderes locais não estavam subordinados as vontades de um indivíduo. Contudo, em uma sociedade onde um indivíduo possuía o poder de mobilização de homens e a facilidade para armá-los torna-se um critério relevante na tomada de decisões desse órgão.

As correspondências particulares evidenciam uma outra face do poder, na qual as relações sociais são um meio prático para institucionalizar um Estado, que tinha seu intento de construção concomitantemente à uma Guerra Civil por todo seu território. O fato de a Revolução Farroupilha ser constituída por batalhas entre farroupilhas e Imperiais, demonstra que diferentemente das Repúblicas que surgiram na América a partir de 1810, a República Rio-Grandense não chegou a sair da fase bélica.

A estratégia dos vereadores farroupilhas da Câmara de Alegrete para a institucionalização da república foi utilizar o próprio arranjo institucional para obter quórum e ser legítimo a representação do município. Através da lei da Câmara de 1828 e do Código de Processo Criminal de 1832 a Câmara buscou sempre ter o número mínimo de participantes para poder deliberar sobre assuntos políticos determinantes para os rumos do “Estado Rio-Grandense”.

Um exemplo extremo, mas não excepcional, foi quando em 1837, momento decisivo no Município, pois foi quando a Câmara busca apoio de Bento Manoel Ribeiro, mas também de outros militares como o Tenente Francisco Canabarro, para proclamar a separação do Império brasileiro, para tal ato a sessão contou com a presença de sete vereadores, destes dois eram suplentes: Joaquim Antônio da Silveira (22º suplente) e Francisco da Costa Antônio Silveira (39º suplente), essa questão além de evidenciar a própria divisão que existiu na Província entre farroupilhas e legalistas, também demonstra um fato interessante que diz respeito aos dois suplentes serem da família do General Antônio da Silveira, um dos líderes da Revolução Farroupilha. Ser da família de um General farroupilha pode ter sido um dos critérios para ocuparem um lugar na Câmara do Município.



Em menos de três anos, já como um município que formava a República Rio-Grandense, em Alegrete, organizam-se as eleições para vereadores e Juízes de Paz, através das práticas eleitorais do período não é de se surpreender que aqueles vereadores que iniciaram a institucionalização da República Rio-Grandense 1837, foram reeleitos em 1840.

No entanto, quando verificamos a atuação de alguns vereadores chamou nossa atenção o fato daqueles que haviam sido vereadores até 1837 e que depois não apareciam nas correspondências ou Editais da Câmara. Um caso interessante é do vereador Damasceno Góis, pois entre as eleições de 1834 e 1845 havia sido eleito apenas na primeira legislatura da Câmara e durante o período farroupilha apesar de atuar algumas vezes como suplente, não conseguiu se eleger.

Das poucas notícias que levantamos sobre Damasceno Góis podemos aproveitá-las para a visualização sobre o fracasso de um vereador de Alegrete e estratégias individuais que coincidiam com a necessidade de institucionalização da República Rio-Grandense.

Após a primeira legislatura da Câmara Municipal de Alegrete, João Damascenos Góis não consegue nenhuma vez a reeleição. No entanto, ao analisarmos o conjunto de correspondências de Ulhoa Cintra, percebemos João Damasceno Góis inserido em uma rede de relações sociais que visavam a institucionalização da república nos municípios, mas também a manutenção de laços e trocas de favores presente nas práticas sociais dessa sociedade. Em 1838, Damasceno Góis exercia o emprego de Escrivão de Órfãos Vila de Caçapava, afastado dos interesses que tinha na vila de Alegrete escreve para Ulhoa Cintra buscando uma forma de voltar para o município onde havia seu círculo de relações para exercer o cargo de Escrivão de Órfãos¹⁰ em Alegrete.

Ulhoa Cintra aparece nesse contexto representando Damasceno Góis e Joaquim Vitoriano Ourique frente ao Ministro Domingos José de Almeida. Um mês depois do envio desse requerimento, Ulhoa Cintra demonstra certo desagrado com Domingos José de Almeida por exigir questões burocráticas para a aprovação do requerimento de João Góis: “O requerimento *do meu recomendado João Damasceno Góis* volta outra vez à presença de V. Exa. com a escritura de permutação que no meu fraco entender era desnecessária, bastando

¹⁰ O cargo de Escrivão de Órfãos fazia parte do sistema Judiciário desde a época que o Brasil era uma colônia portuguesa, nesse âmbito era o segundo cargo de importância vindo logo após o Juiz. De acordo com as Ordenações Filipinas era o responsável por escrever, fielmente e de forma correta, todos os “termos e autos” nos processos, não omitindo informação alguma, pois possuía fé pública (Ord. Fil. liv. 1º, tit. 24, §3 e 16, tit. 19 §11).



somente que fossem reconhecidas as assinaturas dos dois pretendentes exaradas no mesmo requerimento.” (Cintra, 1838, p.112, sem grifos no original).

A troca de correspondência entre membros da elite farroupilha e Domingos José de Almeida evidenciam exemplos de como funcionou na prática a institucionalização da República Rio-Grandense¹¹. Em meio a batalhas, as divergências entre os farroupilhas frente aos legalistas que formavam um grupo mais coeso identificados com o projeto de nação Imperial e a necessidade de utilização de indivíduos nos espaços de Poder local, as redes de relações sociais e familiares funcionaram como resposta prática para a institucionalização da República Rio-Grandense.

CONCLUSÃO

Na prática, a República Rio-Grandense constituiu-se em um laboratório, onde as redes sociais eram acionadas e evidenciou intensas disputas entre os grupos, ou seja, houve diversas experiências políticas nesse período na tentativa da construção do Estado. Através dos Decretos-leis e Projeto de Constituição, podemos notar que o Governo da República Rio-Grandense organizou o Estado a partir da estrutura já existente do Império brasileiro, ou melhor, utilizou a base do Estado Imperial para essa organização, mas estabelecendo algumas mudanças políticas.

Toda essa estrutura foi possibilitada pela atuação das Câmaras Municipais, pois eram órgãos de representatividade dos municípios e seus termos. Foi através da Câmara que um número de representantes locais reivindicava a retroversão da soberania para a localidade e a independência do Estado da qual até então estavam inseridos. Até aqui podemos obter essas informações analisando as fontes que já foram citadas, como periódicos, Decretos, Leis e Projeto de Constituição. No entanto, ao direcionarmos a investigação para a atuação de um grupo menor de indivíduos temos contato com outras fontes como correspondências institucionais e particulares, na qual evidenciam as práticas sociais nessa institucionalização do Estado.

¹¹ Por questão do limite para produção desse texto, limitamo-nos a esse exemplo de Damasceno Góis, pois entre os casos encontrados nas correspondências de Sá Brito Jr, Ignácio Prado Jacques, Prado lima, e outros, essa correspondência demonstra a institucionalização do Estado na prática e as disputas entre os farroupilhas, que não eram homogêneos quando se tratava da organização institucional, apresentando mais um fator que possibilita a compreensão do fracasso da República Rio-Grandense.



Ao longo da pesquisa, foi possível observar a complexidade das relações sociais que foram estabelecidas entre a elite farroupilha, o jogo de forças e os interesses quando cargos políticos e troca de favores estavam em pauta. Como expressão desse quadro político, a formação e articulação dos grupos políticos se deu, paulatinamente, ao longo da Revolução Farroupilha, contudo, apenas a partir de 1840 que verificou-se a nítida dicotomia entre as facções. Não obstante, é importante assinalar que pertencer ao um determinado grupo político não significava necessariamente concordar com todas as ideias dispostas, posicionar-se liberal ou conservador nesse período, muitas vezes, era uma questão de assegurar interesses e reforçar laços de políticos e de poder.

Os personagens encontram-se em um plano político ativo, sendo articuladores e construtores de grupos políticos que agiam, muitas vezes na mesma localidade. Para a análise dessas relações sociais deve-se perceber que a indicação de nomes, recomendações e troca de favores eram elementos constituintes do comportamento dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

Acervo da Coleção de Alfredo Varela. **Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**. v. 7. 1985.

ARAUJO FILHO, Luiz. **O município de Alegrete**. Porto Alegre: CORAG, 1985.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados: Origens da nação Argentina (1800-1846)**. Tradução Magda Lopes; revisada e anotada por João Paulo Garrido Pimenta. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. **A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tese. 2012.

SANTOS, Danilo Assumpção. **Câmara Municipal de Alegrete**. Alegrete: Gráfica Universitária Ltda., 2011.

SPALDING, Walter. **A epopéia farroupilha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1963.

VALDÉS, José M. Portillo. **Crisis Atlántica: Autonomía e Independencia en las crisis de la Monarquía Hispana**. Madri: Ediciones de Historia S.A. 2006.